INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ

ICESPI

FRANCISCO DOS SANTOS SOUSA

ORIGEM DO PODER POLITICO EM THOMAS HOBBES

TERESINA

2011

FRANCISCO DOS SANTOS SOUSA

Monografias Academicas - FCESPI
FCESPI - Monografias Academicas
Filosofia - Monografias Academicas
Trabalhos Monografico
Trabalhos de Conclusão de Curso
Cod 32/4
C100
S7250

ORIGEM DO PODER POLITICO EM THOMAS HOBBES

Monografia apresentada, como pré-requisito de conclusão do curso livre de Filosofia (TCC), do Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí, orientada pelo Prof. Ms. Pe. José de Anchieta Arrais.

ICESPI - Biblioteca
7769 | 03/09/2012

TERESINA

2011

FRANCISCO DOS SANTOS SOUSA

ORIGEM DO PODER POLITICO EM THOMAS HOBBES

Monografia apresentada, como pré-requisito de conclusão do curso livre de Filosofia (TCC), do Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí, orientada pelo Prof. Ms. Pe. José de Anchieta Arrais.

Data de aprovação: 16 / 11 / 2011

BANCA EXAMINADORA

Coordenador do curso
Prof. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana

Pe. José Anchieta Arrais de Carvalho

Prof. Orientador
Prof. Ms. Pe. José de Anchieta Arrais

Examinador (a)

Examinador (a)

Conceito: 8,0

A minha família, a meu ex-pároco Pe. Francisco Antônio Borges e a todos que confiaram na minha capacidade.

Agradeço ao bom Deus os dons que me concedeu e mais ainda com graça extraordinária de poder multiplicá-los e, por isso, receber Dele o convite para participar da sua alegria. Aos meus pais e familiares, meus amigos e amigas de tantas comunidades por onde passei ao longo da caminhada vocacional, meus formadores, pela paciência, compreensão e confiança. Agradeço ao Pe. Francisco Antonio Borges pela confiança que teve na minha vocação e alegria de coração enviando-me para o seminário. À Diocese de São Raimundo Nonato, na pessoa do administrador diocesano, Pe. José Cláudio Boechat Moreno, e também ao ex-Bispo Dom Pedro Brito Guimarães, ao meu pároco atual Pe. Vespasiano de Carvalho Rosa, em especial, meu orientador, Pe. José Anchieta Arrais de Carvalho.

Aos meus amigos de seminários, pelo incentivo e força nos momentos de dificuldades. Aos que colaboram comigo com suas orações, ajuda material e amor fraterno. Por todos, neste dia tão especial, no qual concluo mais uma etapa do processo formativo para o sacerdócio. Diante de tanta alegria, fica o meu muito obrigado.

"O homem é lobo do homem" (Thomas Hobbes)

RESUMO

SOUSA, Francisco dos Santos. **A Origem Poder Político em Thomas Hobbes**. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. 40.f. 2011. Licenciatura em Filosofia. ICESPI. Teresina.

O Presente trabalho visa elucidar a origem e finalidade do poder político para a sociedade. Baseando-se no pensamento político de Thomas Hobbes, buscaremos uma compreensão precisa acerca do tema. Para ele, uma sociedade sem leis, ou governo, é uma sociedade caótica, ou seja, predomina nela a miséria. Por isso é que ele enfatiza que é impossível viver no estado natural. Na obra o *Leviatã* ele elucida de maneira formidável a Origem do Poder Político. Sua contribuição é no sentido de repensar o verdadeiro papel do político na sociedade. Hobbes aborda esta temática tão significativa para o seu tempo, levando em conta a sua época, dando soluções para resolução dos graves problemas que afetavam sua época.

PALAVRAS-CHAVES: Thomas Hobbes, Leviatã, Poder, Estado Natural.

ABSTRACT

SOUSA, Francisco dos Santos. The Origin of Political Power in Thomas Hobbes. Completion of Course Work - CBT. 40.f. 2011. Degree in Philosophy. ICESP. Teresina

The present work aims to elucidate the origin and purpose of political society. Based on the political thought of Thomas Hobbes, seek an accurate understanding of the topic. For he, a society without laws or government, is a chaotic society, ie, it dominates the misery. That is why he emphasizes that it is impossible to live in their natural state. In the work Leviathan, he elucidates how formidable the Origin of Political Power. His contribution is to rethink the proper role of politics in society. Hobbes addresses this issue as significant for its time, taking into account their age, providing solutions to solve the serious problems that affected his time.

KEYWORDS: Thomas Hobbes, Leviathan, Power, Natural State.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....10

I PARTE:A ORIGEM DO PODER POLÍTICO SEGUNDO THOMAS HOBBES.....13

1.1. Concepção de poder em Thomas Hobbes 13

1.2. Estado de Natureza.....23

1.3. Relação entre Filosofia Política e Ciência Política.....25

1.4. Compreensão de poder.....26

1.5. A importância da política.....28

II PARTE: IMPLICAÇÕES HOBERIANA REFERENTE AO PODER POLÍTICO PARA OS NOSSOSTEMPOS.....31

2.1. A noção de poder político hoje.....32

2.2. A crise do poder político.....33

2.3. Quais lições tiraremos dos rescaldos da crise política atual.....35

CONCLUSÃO.....37

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....39

INTRODUÇÃO

A origem do poder político segundo Thomas Hobbes é de fundamental importância para o contexto político de sua época, e também para os tempos hodiernos. Como entender a origem do poder político idealizado por Hobbes? Esta pergunta permanecerá um longo espaço da nossa pesquisa. Analisaremos a origem do poder político de Hobbes a partir da leitura de sua obra-prima, contida na segunda parte do *Leviatã*. Nesta perspectiva buscaremos uma compreensão precisa da abordagem política de Hobbes. Abordaremos esta pesquisa em duas partes. Na primeira parte elucidaremos a temática central acerca da origem do poder político segundo Tomas Hobbes; na segunda parte elucidaremos um pouco da questão na atualidade, abordando como ponto de partida as implicações hoberiana referente ao poder político no contexto hodierno. Vejamos em detalhes cada parte.

Na primeira parte desenvolveremos os principais pontos referentes à origem do poder. Nesta parte buscaremos responder a esta temática abordando vários pontos do pensamento do nosso autor em estudo a cerca da política. Refletiremos sobre a Origem do Pode Político em Thomas Hobbes, concepção de poder e Estado de Natureza e também a relação entre filosofia e ciência política.

Qual é a forma ideal de governar? Para que os governantes? Diante de tais questionamentos, surgem as idéias de Hobbes, em sua obra magistral, denominada o *Leviatã.* Para Hobbes, é impossível viver num estado de natureza, porque, o homem sente a necessidade de um soberano (governo), ou de uma assembleia, que

seja capaz de formular leis, organizando assim a sociedade. Neste sentido podemos perceber a grande importância da formação do Estado para o indivíduo. A formação do Estado no *Leviatã* de Hobbes é o principal motivo para os homens saírem da condição de guerra que é a consequência necessária das suas paixões naturais, "quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito àquelas leis da natureza" (HOBBES, 1974, p. 107).

Na segunda parte elucidaremos as implicações hoberiana referente ao poder político no contexto hodierno. De acordo com o pensamento de Hobbes, levando-se em conta toda trajetória da sociedade, que vive em constante mudança queremos nos perguntar: como se encontra a nossa política hoje? O que entendemos por política? Qual a imagem da política que temos hoje? A partir destas perguntas procuraremos aprofundar a segunda parte da nossa pesquisa. No contexto atual podemos dizer, sem sombra de dúvidas, que há uma enorme deturpação do sentido estrito da política. Percebemos isso na grande crise que enfrentamos, tais como os reflexos visíveis da sociedade, na qual o interesse pela política hoje já não é mais em prol do bem comum dos indivíduos.

Na atualidade, a política esta tomando uma direção muito diferente do que deveria ser, pois os políticos não sabem orientar-se no poder, não são todos, mas para a maioria deles o que interessa é estar no poder, o seu significado fica para segundo plano, por isso é que a cada dia estamos passando por esta crise de poder.

O conceito de poder é uns dos termos mais importante da filosofia, é claro que existem outros; partindo deste pressuposto, podemos dizer que pela filosofia podemos renovar a consciência e o pensamento acerca da importância do poder. Realizamos um estudo exploratório sobre a importância da Origem do Poder Político em Hobbes até os dias atuais e a sua funcionalidade dentro da comunidade em prol da organização dos indivíduos e de seus bens e segurança de todos. O estudo realizado é essencial, porque não se pode pensar em nenhum ser humano que não seja socializado e cujo agir não se reflita dentro das estruturas do poder.

Portanto, em qualquer que seja a atividade futura ou projeto da vida política, enquanto pessoa e cidadão, o indivíduo precisa da reflexão acerca da Origem do Poder Político e suas ações. Vejamos agora o desenvolvimento da temática, tendo

como base a origem do poder em Hobbes e as implicações hoberianas para a contemporaneidade.

I PARTE

A ORIGEM DO PODER POLÍTICO SEGUNDO THOMAS HOBBES

Como explicar a Origem do poder político em Hobbes? Partindo desta pergunta central, tentaremos elucidar a temática abordada por Hobbes no campo da política. A compreensão de poder político abordado por Hobbes nos levará agora a uma concepção detalhada do poder, ou seja, à visão Hoberiana do poder.

1.1.Concepção de poder em Thomas Hobbes

Como entender a origem do poder político em Thomas Hobbes? Para compreendermos esta temática da origem do poder segundo Hobbes, elucidaremos alguns pontos de seus pensamentos acerca do poder político, contido em sua grande e magistral obra: O Leviatã. O Leviatã (1651) é a expressão mais completa da filosofia de Hobbes. Ele começa com uma clara visão materialista e pessimista do Estado, ou seja, para Hobbes é natural a luta perpétua entre os seres humanos. É para fugir desse destino sombrio de guerra que formamos a comunidade, ou seja, a vida em comunidade, entregando nossos poderes individuais para a autoridade de um soberano absoluto.

Para Hobbes, a obediência individual, até mesmo, para com um governo arbitrário é necessário para evitar o mal maior de um estado de guerra sem fim. Para esta guerra de cada homem contra cada homem, ele diz que isso também traz como consequência que nada pode ser injusto. As noções de certo e errado, justiça e injustiça não têm lugar no estado de natureza. Segundo o pensamento de Hobbes, cada indivíduo tem o direito de todas as coisas, ou seja, aquilo que é necessário para o seu crescimento integral. Hobbes, ao desenvolver a sua concepção de natureza humana, foi influenciado pelo contexto da revolução científica, que se espalhou rapidamente na Europa depois de 1600: "(...) a vida não é mais do que um movimento dos membros (...). a arte vai mais longe ainda, imitando aquela criatura racional, a mais excelente obra da natureza, o *Homem"* (HOBBES, 1974, p. 9).

A formação do Estado no *Leviatã* de Hobbes é o principal motivo para os homens saírem da condição de guerra que é a consequência necessária das suas paixões naturais, "quando não há um poder visível capaz de mantê-los em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito àquelas leis da natureza" (HOBBES, 1974, p. 107). Isto é explicado por Hobbes pela ausência do temor de algum poder capaz de tornar respeitadas as leis da natureza, como a justiça, a equidade, ou melhor, "fazer aos outros o que queremos que nos façam" (HOBBES, 1974, p. 107). Com isso, "os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar qualquer segurança a ninguém" (HOBBES, 1974, p. 107) e as leis da natureza são apenas respeitadas quando os homens têm vontade de respeitá-las, caso não seja instituído um poder que ofereça segurança, e desta forma, cada um poderá legitimamente confiar apenas em sua própria força, como proteção contra todos os outros. Sem que exista um poder comum que mantenha todos em respeito, seria supor que a humanidade fosse capaz do mesmo. "Nesse caso não haveria, nem seria necessário, qualquer governo civil, ou qualquer Estado, pois haveria paz sem sujeição" (HOBBES, 1974, p. 108).

Os homens não conseguem viver sociavelmente uns com os outros, sem outra direção senão seus juízos e vontades particulares, voltados para o benefício comum. Portanto, o acordo entre os homens surge apenas através de um pacto, isto é, artificialmente. Para Hobbes, aquele que vai governar tem uma grande missão: "aquele que irá governar a nação inteira deve ter, em si mesmo, não este ou aquele indivíduo em particular, mas o gênero humano" (HOBBES, 1974, p. 10).

É necessário que haja um poder comum que os mantenha em respeito, e que dirija suas ações no sentido do benefício comum. A única maneira, segundo Hobbes, de instituir um poder comum é conferir toda força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens como representante de suas pessoas; todos submetendo suas vontades à vontade do representante, e suas decisões à sua decisão. É como se cada homem dissesse a cada homem: "transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo (...), com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações" (HOBBES, 1974, p. 109).

O que é o poder político? Podemos abordar o poder político a partir de vários ângulos, ou seja, vários pensadores se debruçaram sobre esta temática com o intuito de elaborar uma teoria acerca do poder político, ou seja, da política. O poder político é um meio utilizado para organizar a sociedade. O principal objetivo do poder político (aquele que governa) é zelar pelo bem comum da sociedade. Podemos compreender o poder político como uma forma de organizar a sociedade, atendendo assim às necessidades da natureza humana. O principal objetivo daqueles que possuem o poder é simplesmente o de zelar para que as pessoas tenham uma vida digna, favorecendo assim o crescimento integral da pessoa. Neste sentido podemos dizer que política é a vida na Polis: "Política se refere à vida na polis, ou seja, à vida em comum, às regras de organização dessa vida, aos objetivos da comunidade e às decisões sobre todos esses pontos" (DALLARI, 2004, p.8).

No processo de organização da sociedade é importante que o Estado leve em conta a questão dos valores sobre as forças das paixões e dos impulsos que envolvem o ser humano podendo levá-lo a destruição. É importante que o Estado promova os valores, ou seja, que ele disponha de uma postura ética que faça os indivíduos crescerem nesta ótica.

> O Estado deve ser bastante forte para impor limites e assim impedir que o desejo de poder de cada um acabe por levar à destruição e que a competição entre os homens ameace sua sobrevivência. Só o povo, unido, é capaz de instituir o poder do Estado, e o poder do Estado, por seu turno, deve sobrepujar a força das paixões e dos impulsos mais primitivos do homem (B. de FARIA, 2007, p. 94).

A temática acerca da teoria política moderna começou com o ilustríssimo Thomas Hobbes. Hobbes queria apresentar a imagem da violência e da desordem e que a mesma era inevitável para o estado de natureza dos homens. A única preocupação que rodeava a política era a estabilidade da paz. Tudo poderia ser almejado por meio de um forte soberano que viesse estabelecer uma ordem e que era possível mediante um contrato social. Para Hobbes: "os homens que escolhem seu soberano fazem-no por medo uns dos outros, e não daquele a quem escolhem, e neste caso submetem-se àquele de quem têm medo" (HOBBES, 1974, p. 126). No decorrer da caminhada para a manutenção permanente da paz, os únicos que não teriam fundamentos e raciocínios para questionar a implantação do domínio do soberano no decorrer em que a paz fosse mantida era os súditos, ou seja, os vassalos ou aqueles homens que eram subordinados a outros.

O soberano pode ter poder pela força natural. Por exemplo, quando um pai obriga seus filhos a submeterem-se à sua autoridade, na medida em que é capaz de destruí-los em caso de recusa. Pode alcançar o poder ainda de outra forma, quando impõe através da guerra a seus inimigos a sua vontade, concedendo-lhes a vida com essa condição. Nesta modalidade, denominada de Estado por aquisição, os homens por medo da morte autorizam todas as ações do soberano ou assembleia que tem em seu poder suas vidas e sua liberdade. No Estado político ou por instituição, os homens concordam e pactuam entre si em submeter-se a um homem, ou a uma assembleia de homens, voluntariamente, a quem seja atribuído pela maioria o direito de representar a pessoa de todos eles, com a finalidade de proteção.

Sobre as diversas espécies de governos por instituição, Hobbes as diferencia pelo soberano, e considera três formas: monarquia, democracia ou governo popular, e aristocracia. Reconhece a *tirania,* como a forma de governo daqueles que estão descontentes com a monarquia, e aqueles a quem desagrada à aristocracia denomina-lhe *oligarquia*. Do mesmo modo, os que se sentem prejudicados por uma democracia, a forma de governo é chamada *anarquia*.

A diferença entre estas três espécies de soberania não reside em uma diferença de poder, mas em uma diferença de capacidade para garantir a paz e a segurança do povo, finalidade para qual foram instituídas. Hobbes afirma que seja quem for portador da pessoa do povo, ou membro da assembleia, é também

portador de sua própria pessoa natural. Quanto mais unidos estiverem o interesse público e o interesse pessoal, mas se beneficiará o interesse público, pois na maior parte dos casos, onde existir conflito entre o interesse público e o interesse pessoal, o soberano preferirá o interesse pessoal. Isto porque em geral as paixões humanas são mais fortes que a razão. Na monarquia, segundo Hobbes, o interesse pessoal é o mesmo que o interesse público. "nenhum rei pode ser rico ou glorioso, ou pode ter segurança, se acaso seus súditos forem pobres, ou desprezíveis, ou demasiado fracos, para manter uma guerra contra seus inimigos" (HOBBES, 1974, p. 119), ou "as resoluções de um monarca estão sujeitas a uma única inconstância, que é a natureza humana, ao passo que nas assembleias, além da natureza verifica-se a inconstância do número" (HOBBES, 1974, p. 120) e também, "é impossível um monarca discordar de si mesmo, mas numa assembleia isso é possível, e em grau tal que pode chegar a provocar uma guerra civil" (HOBBES, 1974, p. 120).

No discurso de Hobbes, podemos dizer que a sua preocupação primeira é o zelo pela paz, pela unidade entre os membros da sociedade e que todos os indivíduos são iguais perante a lei. Todos os escritos acerca da política foram escritos, a maioria, durante o tumulto da Guerra Civil que aconteceu na Inglaterra, na qual exerceu uma grande influência em prol do bom andamento da teoria política e também do social.

Com Hobbes começa a política moderna:

> A teoria política moderna começou com Tomas Hobbes (1588-1679). No Leviatã e em outras obras, Hobbes apresentou uma imagem desoladora da violência e da desordem como condição inevitável dos homens no estado de natureza. A paz, a principal preocupação da política, só poderia ser alcançada por um forte soberano estabelecido mediante um contrato social. Os súditos não teriam fundamentos racionais para questionar o domínio do soberano enquanto a paz fosse mantida. Hobbes, que escreveu durante o tumulto da Guerra Civil da Inglaterra, exerceu grande influencia sobre os teóricos e sociais que se seguiam (BUNNIN e JAMES, ORG. 2002, p.529).

O pensamento de Hobbes é uma forma de contribuição nos debates de cunho parlamentares e nas intervenções entre os partidários e seus pontos de vistas durante o período em que culminou a Guerra Civil na Inglaterra. Neste período Hobbes ficou muito amigo de Carlo I e com esta amizade muitos de seus escritos e ações foram aprovados, como a tributação do mesmo. No ponto seguinte

compreenderemos que os seus escritos só foram relatados principalmente após a morte de Carlos I. Podemos compreender os escritos de Hobbes a partir de duas perspectivas, ou seja, a do ponto de vista partidário ou como uma "contribuição revolucionária":

> Podem-se compreender os escritos políticos de Hobbes de duas maneiras bem distintas. Por um lado, é possível interpretá-los como intervenções com pontos de vista partidários num debate entre parlamentares e realistas na Inglaterra entre 1628 e 1650, ou seja, o período que culminou na Guerra Civil da Inglaterra no inicio da década de 1640. Ele ficou ao lado de Carlos I e aprovou muitas de suas ações relacionadas à tributação, ao alojamento forçado de tropas em casas particulares [...]. A segunda leitura da política de Hobbes é como uma contribuição revolucionaria, a um elevado debate concernente a questões abstratas da política, discutidas numa longa série de tratados remontando aos gregos e aos hebreus (BUNNIN e JAMES, ORG. 2002, P. 530).

Segundo a teoria de Rawls, os direitos à liberdade são iguais para todos os cidadãos. O mesmo vale para distribuição dos bens por igualdade, sendo que não seja individualismo, pois somos todos iguais perante a lei, por isso devemos obedecer à igualdade para todos por que formamos a sociedade. Para Rawls: "Cada pessoa deve ter um direito igual ao mais extenso sistema total de liberdades básicas iguais compatíveis com um sistema similar de liberdade para todos" (BUNNIN e JOMES, ORG. 2002, P. 261).

O que importa aqui é o critério legitimador de quem detém o poder, ou seja, o que importa é saber de onde vem o direito e a obrigação de obedecer. Tal tarefa deve ser elaborada agora tomando como fundamento não mais a origem do Estado, mas, a origem do poder. Uma vez que, descobrindo tal explicação, cabe-nos a observância de tal poder, situando-o na história. No pensamento político moderno, cuja fonte principal é a civilização grega, berço da sabedoria e da cultura, faz-se necessário situar, ou melhor, fazermos um retorno na história, percebendo a influência do pensamento grego na teoria Hoberiana de poder.

> Certamente uma das mais importantes fontes do pensamento político, é a civilização grega: "Uma das fontes principais do pensamento político moderno na área cultural mediterrânea européia e, sem nenhuma duvida a civilização grega clássica" (CHÂTELET, 2000. P. 13).

ICESP1 - Biblioteca
7769 | 03/09/2012

É interessante a concepção da política segundo a visão grega. Para eles a forma original de política é a polis, ou seja, a cidade. A cidade é uma forma de comunidade, ou seja, uma organização social que visa o bom andamento proporcionando o bem estar para todos. Segundo Hobbes, o bem do homem é a polis, ou seja, a vida na cidade. Na Polis os homens deverão tomar as decisões em conjunto, para que as boas ações aconteçam e o bem comum seja protegido e zelado por aquele cujo poder lhe foi confiado. Neste caso, a precedência da polis sobre o indivíduo reafirma a concepção da felicidade que só pode ser alcançada na comunidade (polis), dentre tantas outras, o tema da felicidade é um dos que mais inquietou o pensamento grego e aqui tornamos o conceito de política.

Após traçarmos um esboço histórico, tentaremos explicar a Origem do Poder Político em Thomas Hobbes na segunda parte do Leviatã. Para o filósofo a primeira lei natural do homem é a da autopreservação, que o induz a impor-se sobre os demais, sendo que a humanidade está numa competição pela honra e dignidade: "A humanidade está constantemente envolvida numa competição pela honra e dignidade" (HOBBES, 2002, p. 129).

Para ele o homem é um lobo do homem *(Leviatã).* Por causa deste instinto natural do homem é que se deve fazer um pacto social entre os habitantes da comunidade. Esta aliança é importante que beneficie a todos, ou seja, que haja um cuidado especial do bem comum e da organização da sociedade. Para isso é necessário que os homens estabeleçam um contrato, ou seja, de cada um com cada um em favor de um terceiro ou de uma assembleia. O Pacto Social entre os homens, para Hobbes, é como uma condição que possibilita a prosperidade do Estado e dos seus habitantes.

Cada membro do futuro corpo político, após a origem deste poder, renuncia a seus direitos naturais absolutos, em favor do soberano e que este poder a partir daí resulte em um poder absoluto e que não fique em uma única mão, ou seja, que se torne universal. É importante ressaltar que o soberano de Hobbes deve delinear uma administração tendo como referência as leis da natureza, já presentes no ser humano desde o estado de natureza, até porque são leis naturais que vão legitimar a lei civil.

> Uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos de uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar as forças e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum (VIEIRA, 1997, p. 24).

Para Hobbes, só um poder absoluto pode atender aos objetivos primordiais de um contrato, ou seja, é a garantia da vida e da paz dos cidadãos. Só um poder assim pode tornar as coisas eficientes. O único limite deste poder é o cumprimento destes objetivos, mas este poder o qual renunciamos os direitos e os poderes naturais em favor do soberano, exercido de maneira absoluta, não seria perigoso para a sociedade? Para Hobbes isto se torna secundário. Para Hobbes seria pior as coisas continuarem como estavam, ou seja, impossíveis e insustentáveis. Afinal, o que está em questão não é a necessidade de garantir os mínimos direitos do indivíduo, permitindo-lhe a sua preservação, livrando-o do medo da morte. A questão em foco é a organização e manutenção dos direitos em favor de todos. Ele também dá ao soberano o poder de usar as forças e os recursos que achar conveniente para assegurar a paz e a defesa do bem comum: "Mas, perguntar-se-á, renunciar a todos os direitos e poderes naturais em favor de um soberano, que exerce um poder absoluto, não seria por demais perigosos"? (VIEIRA, 1997, p. 24).

A única maneira em que podemos instituir um poder comum, que seja capaz de cumprir as leis, defendê-los das injurias uns dos outros, garantindo-lhes assim, uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeito, é conferir toda sua força e poder político a um homem ou uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade e que sejam verdadeiras unidades de todos eles, numa só e mesma pessoa e cada homem não renegue somente a seu direito de governar, mas cede também toda a outra ação que se julgue necessário para o bem comum do Estado e que necessariamente seja exigido pela ordem, uma vez que: "as leis naturais- como a justiça, a equidade, a modéstia, a piedade, ou, em resumo, fazer aos outros o que queremos que nos façam" (HOBBES, 2002, p. 127).

No que se refere às paixões naturais, o que nos faz tender para uma parcialidade, o egocentrismo, e a vingança é, portanto a ausência de um poder, ou

seja, o temor a este poder e o orgulho fala mais alto do que respeitar ao poder, mesmo quando acontece isto as nossas paixões naturais se tornam contrárias ao poder confiado ao indivíduo: [...] na ausência do temor de algum poder capaz de levá-las a ser respeitadas, são contrárias as nossas paixões naturais, as quais nos fazem tender para a parcialidade, orgulho, a vingança e coisas semelhantes (HOBBES, 2002, p. 127).

Dentro da Origem do Poder Político, Hobbes relata uma forma de caráter humano, isto é, como dominados por uma procura incessante da satisfação dos seus desejos, os homens empenham-se numa busca sem fim, ou seja, preferem prosperar a ter prosperado. As principais características dos homens, como Hobbes os retrata são: o orgulho, ambição, o medo da morte e o individualismo. No seu estado natural estão constantemente em conflitos. Cada homem espera não apenas vencer, mas também preservar o que tem e tomar medidas preventivas contra os outros para não levar desvantagens em outras ocasiões.

A Origem do Poder Político em Thomas Hobbes é uma forma de melhorar a situação dos cidadãos, ou seja, com um único desejo de sair daquela condição de miséria e guerra. Que eram as principais consequências mais necessárias e preocupantes de ser resolvidas perante a origem deste Poder, sendo que a humanidade estava constantemente numa competição em busca da honra e dignidade.

Na elaboração deste poder, o único objetivo de Hobbes é o de tirar todos da miséria:

> O desejo de sair daquela miséria condição de guerra que é a conseqüência necessária- conforme demonstrado- das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito àquelas leis naturais...(HOBBES, 2002, p. 127).

A concepção política de Hobbes baseia-se em um poder capaz de manter o respeito em relação a todo cidadão, em prol de uma paz e melhoria de vida dentro da comunidade. O poder teria uma ação mais eficaz e permanente na organização dos bens. O benefício deste bem comum seria um poder comum a todos, pois

perante o poder devemos ser todos iguais sem distinção de cor ou crença: "Um poder comum que os mantenha em respeito e dirija suas ações mo sentido do beneficio comum" (HOBBES, 2002, p. 130).

O próprio Hobbes adianta em suas belas teorias políticas, que o poder é conferido com toda força com uma enorme confiança a um homem em assembleia, ou seja, para que venha garanti-lhes uma segurança que seja suficiente em prol das mediantes ações perante o trabalho e os frutos da terra e que todos possam viver bem e satisfeitos. Tudo isto que foi falado é possível a partir do momento em que eles passam a reduzir suas diversas vontades próprias voltando-se para a pluralidade de votos, ou seja, uma só vontade que beneficie e satisfaça a todos com igualdade: "[...] é conferir toda a força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade" (HOBBES, 2002, p. 130).

Para Hobbes o poder soberano pode ser adquirido de duas maneiras: a primeira é a força natural, utilizada na família; a segunda se dá quando os homens concordam entre si, submetendo-se a um homem, que detém do poder para governar.

> O poder soberano pode ser adquirido de duas maneiras. Uma delas é a força natural, quando um homem obriga seus filhos a se submeterem, e este a submeterem seus descendentes, a sua autoridade, na medida em que é capaz de destruí-los em caso de recusa. A outra maneira é quando os homens concordam entre si em se submeterem a um homem, ou a uma assembléia de homens, voluntariamente, com a esperança de serem protegidos por ele contra tudo (HOBBES, 2002, p. 131).

Antes da construção do poder e da soberania, os homens tinham direitos a todas as coisas. Perante esta situação provocava a guerra. Com a concepção de Hobbes passa a ter um homem ou assembleia que controla todas as coisas, mas continua sendo de todos, só que, há um alguém que comanda e organiza tudo. Portanto a paz passa a caminhar juntamente com a humanidade a partir do poder

soberano (Governante), tornando-se um ato importante perante este poder, na qual, a temática passa a ser a paz e a organização.

> [...], todos os homens tinham direito a todas as coisas, o que necessariamente provocava a guerra. Esta propriedade, portanto, posta que necessária á paz e dependente do poder soberano são um ato desse poder, tendo em vista a paz pública (HOBBES, 2002, p. 136).

A participação política é uma necessidade da natureza humana. Para todos os seres humanos é indispensável a vida em sociedade. Para que esta seja possível torna-se necessário uma organização, ou seja, "é preciso que exista uma ordem, na qual as pessoas possam viver e conviver" (DALLRI, 2004, p. 26).

1.2.Estado de Natureza

O que é um estado de natureza? Faremos uma breve reflexão acerca do Estado de natureza percorrendo o pensamento de Thomas Hobbes. De acordo com Hobbes no Estado de natureza, o homem tem direito a tudo:

> O direito da natureza, a que os autores geralmente chamam jus naturale, é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida: e conseqüentemente, de fazer tudo aquilo que seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios adequados a esse fim (HOBBES, 1974, p. 210).

Para Hobbes, viver no estado de natureza corresponde a viver sem segurança e paz. A situação dos homens deixados a si próprio é geradora de insegurança, angústia e medo. Os interesses egocêntricos predominam e o homem se torna um lobo para o outro homem. As disputas geram guerra de todos contra todos. Como consequência disso podemos citar: o prejuízo para a indústria, a agricultura e o conforto dos homens. Para Hobbes: "Renunciar a seu direito a todas

as coisas, contentando-se, em relação aos outros homens, com a mesma liberdade que aos outros permite em relação a si mesmo" (HOBBES, 1974, p. 211).

A nova ordem é celebrada mediante um contrato, ou seja, um pacto pelo qual todos abdicam de suas próprias vontades em favor de um homem ou de uma assembleia de homens como representantes de suas pessoas e protetores e organizadores da comunidade em que vivem.

O homem não sendo sociável por natureza o será por artifício. É o medo e o desejo de paz que o leva a fundar um estado social que venha a combater a violência e o egocentrismo dos homens e da autoridade política, abdicando dos seus direitos em favor de um soberano. Para Hobbes o poder do soberano deve ser absoluto, isto é ilimitado e se não há limites para a ação do governante, não é possível ao súdito julgar se o soberano é justo ou injusto, tirano ou não, pois é contrário falar que o governante abusa do poder, pois não há abuso quando o poder é ilimitado.

Hobbes parte de uma constatação que as disputas entre rei e parlamento inglês teriam levado à guerra civil, o que o faz concluir que o poder do soberano deve ser indivisível. Cabe ao soberano julgar sobre o que é bem e mal, ninguém pode discordar, pois tudo o que o soberano faz é resultado do investimento da autoridade consentida pelo súdito.

Em resumo, o homem abdica da liberdade dando plenos poderes ao estado absoluto a fim de proteger a sua própria vida. Além disso, o Estado deve garantir o que é meu por direito, garantindo o sistema da propriedade privada, o que não existia no estado de natureza, onde todos têm direito a tudo e na verdade ninguém tem direito a nada. O poder do estado se exerce pela força, pois só através do castigo poderia atemorizar os homens.

O conceito de estado de natureza tem uma função de explicar a situação pré-social na qual os indivíduos existem isoladamente. A concepção de Hobbes (século XVII), segundo a qual, em estado de natureza os indivíduos vivem isoladamente vigorando a guerra de todos contra todos ou "o homem lobo do homem" (Hobbes). Nesse estado reina o medo e principalmente o grande medo da morte violenta e para se protegerem uns aos outros, os homens inventaram as armas e cercaram as

terras que ocupavam. Mas, para Hobbes os homens reunidos numa multidão de indivíduos pelo pacto passam a constituir um corpo político e que uma pessoa artificial criada pela ação humana e que se chama Estado.

O Estado pode nunca ter existido, mas é preciso fazer esta constituição do Estado para podermos entender melhor a formação da sociedade em que vivemos. A sociedade precisa e necessita de regras, ou seja, que haja uma organização dos interesses da população e de seus bens. Diante do Estado observamos que todos os seres humanos são iguais no seu egocentrismo, pois fazem parte de suas ações e que são limitadas pela força de outro ser humano, "O homem é lobo do homem".

1.3.Relação entre Filosofia Política e Ciência Política

Desde já encontramos um desfio em definir a questão da relação entre filosofia e ciência política. Com isso vem também o desafio de identificar e classificar as dimensões da filosofia política. Nos diferentes âmbitos da filosofia política podemos entendê-la como uma forma melhor de governar, ou seja, podemos entendê-la como uma explicação importante para o fundamento último do poder, que perante isto percebemos a importância da natureza e da relação que envolve o dever à obediência política. O que notamos aqui é que a relação entre filosofia e ciência política é de oposição, pois uma encontra-se no âmbito das prescrições, na área do dever ser e sua terra é a da utopia, já a ciência política por sua vez vai se encontrar no âmbito da realidade presente a qual se volta para a área do ser e sua terra é do agora e do futuro.

> [...] a filosofia política, enquanto filosofia deve ser distinta dos outros modos de focalizar o mesmo objeto, tais como a ciência e a historia; enquanto "política" deve ser distinta das outras esferas tradicionais da filosofia pratica, tais como, a Moral, a Educação, o Direito. Ambas as distinções são problemáticas (BOBBIO, 2000, p. 78).

A filosofia busca soluções que justifique o poder, já a ciência política elabora a representação histórica e a possível legitimação do Estado. A única coisa que notamos entre a filosofia e a ciência política é que vão trabalhar com os devidos pressupostos que são os de uma teoria geral do poder. Entre ambas surge uma relação de continuidade e, portanto, de um lado a filosofia contribuindo com a prescrição dos conceitos e a ciência política com sua prática e que acaba apontando os limites de tal teorização do poder.

> Ate aqui os diferentes modos de tratar a filosofia política tem sua origem em um universo discursivo no qual são levadas em consideração exclusivamente as relações, não importa se polêmicas ou não, entre Filosofia Política e Ciência Política (BOBBIO, 2000, p. 82).

1.4. Compreensão de poder

Por serem membros de um Estado, os homens são obrigados a respeitar as leis civis. Segundo Hobbes, a lei civil é dirigida a todos os súditos, constituída por regras impostas pelo Estado, utilizada como critério de distinção entre o justo e o injusto, o bem e o mal. Segundo Hobbes, em todos os Estados o legislador é unicamente o soberano, seja este um homem, como numa monarquia, ou uma assembleia, como numa democracia ou numa aristocracia, e não se encontra sujeito às leis civis, "dado que quem tem o poder de fazer e revogar as leis pode quando lhe aprouver libertar-se desta sujeição, revogando as leis que o estorvam e fazendo outras novas". (HOBBES, 1974, p. 166).

Hobbes afirma que a lei da natureza e a lei civil contêm-se uma à outra e possuem a mesma extensão, pois as leis de natureza, que consistem na equidade, na justiça, e em outras virtudes morais, não são propriamente leis, mas qualidades que predispõem os homens para a paz e a obediência. Com a instituição do Estado, as leis da natureza tornam-se efetivamente leis, porque passam a constituir ordens do Estado, portanto também leis civis; "pois é o poder soberano que obriga os homens a obedecer-lhes" (HOBBES, 1974, p. 166). Segundo Hobbes, a lei civil e a lei natural não são de diferentes espécies, mas o direito de natureza, ou seja, a

liberdade natural do homem pode ser limitada e restringida pela lei civil; "mas, a finalidade das leis não é outra senão essa restrição, sem a qual não será possível haver paz" (HOBBES, 1974, p. 167).

Anteriormente à instituição do Estado, cada um podia fazer todas as coisas que considerasse necessário à sua preservação, podendo com esta finalidade subjugar, ferir ou matar qualquer um:

> "É este o fundamento daquele direito de punir que é exercido em todos os Estados. Porque não foram os súditos que deram ao soberano esse direito; simplesmente ao renunciarem ao seu, reforçaram o uso que ele pode fazer do seu próprio (...) para a preservação de todos eles" (HOBBES, 1974, p. 190).

O poder é inerente a qualquer sociedade, pois não há sociedade que viva sem poder, porque só podemos diferenciar as sociedades pela sua distribuição, organização, legitimação com que é exercido perante a sociedade e que é a forma e modo como se pode dar uma contribuição entre os homens de uma respectiva sociedade e como podemos organizá-la em favor de todos os seus habitantes.

O poder necessita e carece de algo que seja a mais do que a própria força que é a obediência, respeito uns para com os outros e que haja uma união acerca do mesmo para que ele possa controlar os resultados de suas próprias ações e atitudes. Ele conta com a espontaneidade ou força do comportamento para a sua manutenção.

O poder precisa ser legitimado, ou seja, organizado e exercido como um serviço precioso à sociedade. Neste sentido, é importante frisar que: não há sociedade sem poder. O poder, ou seja, a forma de organizar a sociedade é um grande bem para a vivência em sociedade:

> Não há sociedade sem poder, e a diferenciação entre as sociedades se dá somente na forma como este poder é distribuído, organizado, legitimado, exercido. Isto porque o poder carece de algo mais além da própria força, pois o poder age de modo estratégico na constituição entre os homens. O poder, portanto, contam com a possibilidade de adesão, espontânea ou forçada, do comportamento alheio, como mecanismo e instrumento para a manutenção da própria situação de poder; a relação de dominação sem dominado não existe (BITTAR, 2007, p. 21).

1.5. A importância da política

O trabalho teórico de Hobbes está vinculado à preocupação com a formação do Estado nacional. E, mais particularmente, com a constituição do governo soberano, com a centralização do poder político. Hobbes detecta a força social que despontava na era moderna e que estava convulsionando a Europa: o indivíduo autônomo que luta apenas pelos seus interesses materiais particulares encarnado na burguesia nascente cada vez mais poderosa. Como controlar essa força social revolucionária que parecia desagregar os fundamentos da vida em sociedade? O autor, na verdade, funda a visão moderna de Estado. As leis e o governo não têm a função de realizar a síntese dos interesses particulares dominantes na sociedade, mas garantir apenas um interesse comum: a paz e a segurança individual. E para poder realizar este interesse comum o poder político precisa ser autônomo em relação a todos os interesses particulares.

Se o Estado garantir a segurança individual, cada um pode ser livre para fazer o que bem entender em sua vida privada - seguir a religião que julgar como verdadeira, a ideologia que considerar a correta, votar no partido que achar conveniente, escolher a profissão que for de seu agrado, ir morar onde preferir. Antecipa-se assim a tese liberal de que o jogo do mercado é que deve regular as relações sociais e não o Estado. E Hobbes lança uma idéia que vai se constituir no fundamento da democracia: o poder político legítimo é aquele que se institui a partir do consenso, do consentimento de todos, visando realizar o interesse comum de toda a sociedade. Ou seja, Hobbes promove uma revolução: não é mais o indivíduo que existe em função do Estado, mas é o Estado que deve existir em função do indivíduo. E mais que isso, o Estado e a Sociedade são fundados e ordenados a partir da vontade livre de indivíduos.

Hobbes insinua outro fundamento do Estado nacional. Dentro de um território nacional, os indivíduos vivem juntos não em razão de uma cultura, costumes, tradições, religião, visão de mundo, língua, raça, etnia ou uma meta ideológica e política comum. Mas podem conviver pacificamente, apesar das desigualdades sociais e das diferenças existentes, pelo simples fato de que todos estão subordinados a regras comuns, os direitos, deveres e obrigações comuns.

Na teoria de Hobbes percebe-se o fundamento essencial do Estado: a segurança individual, o desejo comum de viver em paz como aquilo que possibilita a convivência de indivíduos desiguais em sociedade. A idéia de que o Estado e a sociedade nascem a partir da vontade livre de indivíduos que estabelecem contratos entre si é uma idéia que exprime os tempos modernos. Hobbes fundamenta o poder político a partir de uma lógica instrumental individualista própria do novo espírito burguês nascente, apesar de reagir, em termos políticos, contra este novo espírito. O papel do Estado é garantir a segurança do indivíduo porque é isso que promove condições para a sua efetiva liberdade.

Para Hobbes o que funda o poder político e as relações sociais não é o respeito ao próximo (Moral); o temor a Deus (Religião); os interesses nacionais (Razões de Estado); a honra (Códigos da nobreza). Mas sim o interesse próprio, o bem estar e a segurança de cada indivíduo na esfera da vida privada (Utilidade).

O conceito de política é amplo e tem tudo a ver com o regimento da sociedade, ou seja, planejar e organizar o bem público favorecendo aos cidadãos melhores condições de vida.

> Política tem relação com os modos de organização de espaço público, objetivando o convívio social. Tem relação, também, com as formas de gerenciamento da coisa pública, dos recursos a ela ligados, com as estratégicas de definição de critérios parra o alcance de fins comuns, com a eleição das molas propulsoras de desenvolvimento social, com a definição de ideologias predominantes na constituição da arquitetura da sociedade (BITTAR, 2007, p. 12).

A política é importante, e é na constituição que passamos a ter uma conscientização a respeito do ser humano: somos todos iguais perante a sociedade. Eis aqui o papel dos governantes: zelar pela igualdade de todos.

Dois pontos fundamentais para a política: reflexão sobre a conscientização e a organização da sociedade.

> A conscientização consiste em dar uma contribuição para que as pessoas percebam que nenhum ser humano vale mais ou menos que os demais e que todos podem e devem lutar constantemente pela conquista ou preservação da liberdade de pensar e de agir e pela igualdade de oportunidades e responsabilidades (DALLARI, 2004, p. 51).

Hobbes buscou descobrir princípios racionais para a construção de um sistema de governo civil, que não estaria sujeito a destruição de dentro. Ele nos convida a considerar o que seria a vida em um estado de natureza, isto é, uma condição sem governo. Como seria a ordem? Para Hobbes o estado de natureza é um estado de guerra.

II PARTE

IMPLICAÇÕES HOBERIANAS REFERENTES AO PODER POLÍTICO PARA OS NOSSOS TEMPOS

A implicação Hoberiana na contemporaneidade é referente à questão da participação de todos no quadro político, ou seja, isso se dá pelo fato de todos os seres humanos viverem em sociedade. Neste sentido as decisões políticas sempre refletem sobre a vida e os interesses de todos: "[...] não se justifica que só alguns possam tomar decisões políticas e todos os outros sejam obrigados a obedecer" (DALLARI, 2004, p. 26). Apesar de vivermos em uma sociedade de "pactos" entre as pessoas, vale a pena lembrar que a história da humanidade revela a existência de uma luta constante, ou seja, para que maior número possível de pessoas participe das decisões políticas. No decorrer dos tempos houve grande aglomeramento de pessoas nas cidades, com isso, houve maior aperfeiçoamento das técnicas de comunicação. Observando por este ângulo, ninguém pode esquivar-se da participação política: "não existe neutralidade política no exercício de funções públicas ou de atividades privadas que influam sobre o comportamento social" (DALLARI, 2004, p. 82).

2.1. A noção de poder político hoje

O objetivo do poder é manter a ordem, assegurar a defesa e promover o bem-estar da sociedade; é realizar enfim o bem público. O poder político não é a única forma de poder e de autoridade existente na sociedade. Há autoridade religiosa, familiar, econômica, etc. Mas, nenhuma delas preenche os fins do poder político, que só a ele pertencem e que não se confundem com os objetivos das diversas associações que os homens firmam.

O que podemos notar hoje acerca desta noção é que muitos não querem mais saber, nem falar de política, ou seja, não se envolve mais com a política, pois a mesma é um jogo que só engana, e a cada dia que passa se torna mais perversa e desonesta com os cidadãos. Como falar de política num contexto em que não percebemos mudanças significativas para a sociedade? Mas nem por isso devemos abandonar os nossos direitos. É nesta perspectiva que Norberto Bobbio afirma: "Não quero saber de política, não me envolvo com política, política é um jogo perverso para gente desonesta, ou, ainda: para que falar de política se nada muda?" (BOBBIO, 1986, p. 32). Estas frases representam o desabafo em relação ao poder político e suas noções no presente momento, ou seja, de quem detém o poder político nas mãos.

Qual a consciência, o sentido e a noção que temos da política? Qual a importância do voto? Qual o conceito de política presente na sociedade hoje? Partindo desses pressupostos, perceberemos que temos que avançar muito no sentido de ver e de viver a política. Muitas vezes ela se assemelha com aqueles modelos do passado, ou seja, com aquilo que denominamos voto de cabresto. A pergunta que fica é: qual o valor da política partidária na vida do cidadão, tendo em vista os altos níveis de corrupção, e desvinculação daquilo que era para ser, ou formar o verdadeiro conceito de política? Diante de tais perguntas, é importante olharmos para o cenário político presente na sociedade. Um modelo bem presente, perceptíveis aos nossos olhos, é o modelo da troca de favores.

Qual consciência que devemos ter em relação à política? O resultado é a consciência que devemos ter da política (voto) como um direito inalienável, sendo

que, não pode ser vendido ou trocado por algum favor. Vender o voto é vender a própria cidadania. Em outras palavras, vender o voto ou trocar em vista de algum benefício, significa vender a própria consciência.

É importante percebermos que: na sociedade hoje é muito difícil uma pessoa ser eleita para governar o povo apenas com as propostas. Há uma verdadeira doença, tanto nos governantes como nos governados (povo), sendo que esta crise assola a maioria da sociedade. Podemos perceber isso nas campanhas eleitorais, ou seja, só se candidata e é eleito quem tem boa condição financeira. Um exemplo claro é o esvaziamento das bancadas de oposição tanto no senado como na câmara dos deputados. Portanto, falta consciência na hora do voto. Logo o dinheiro vale mais que o caráter e a responsabilidade daqueles que têm bons propósitos para a sociedade em geral.

2.2. A crise do poder político

Hoje a política decorre de inúmeros problemas, ou seja, o setor político encontra-se diante de um caos. Há um mau uso do poder e dos bens públicos, principalmente na experiência política brasileira, na qual os interesses privados absorvem os interesses públicos. Neste sentido o individual ganha força, ou seja, muitos dos nossos políticos visam apenas o interesse pessoal. É preciso olhar para o universal, para o crescimento integral da pessoa.

O que percebemos atualmente é que há uma dominação por parte daqueles que detém o poder. Percebemos isso quando o político visa apenas seus interesses particulares. Neste sentido, já podemos constatar os grandes contrastes da sociedade: falta de educação, moradia, saúde, ou seja, aquilo que é necessário para desenvolvimento da pessoa. Segundo Campos:

> A corrupção política implica que as leis e as políticas de governo são usadas para beneficiar os agentes econômicos corruptos (os que dão e os que recebem propinas) e não a população do país como um todo. A corrupção provoca distorções econômicas no setor público direcionando o investimento de áreas básicas como a educação, saúde e segurança para projetos em áreas em que as propinas e comissões são maiores, como a criação de estradas e usinas hidroelétricas. Além disso, a necessidade de esconder os negócios corruptos leva os agentes privados e públicos a aumentar a complexidade técnica desses projetos e, com isso, seu custo. Isto distorce ainda mais os investimentos. Por esta razão, a qualidade dos serviços governamentais e da infraestrutura diminui. Em contrapartida, a corrupção aumenta as pressões sobre o orçamento do governo. Em seguida, esta pressão se reflete sobre a sociedade com o aumento dos níveis de cobrança de impostos, taxas e tributos. (CAMPOS, 2005)

O que é mesmo corrupção? Em sentido amplo, corrupção é o uso ilegal de algo. Vejamos o que Campos diz a respeito do termo corrupção:

> Numa definição ampla, corrupção política significa o uso ilegal - por parte de governantes, funcionários públicos e agentes privados - do poder político e financeiro de organismos ou agências governamentais com o objetivo de transferir renda pública ou privada de maneira criminosa para determinados indivíduos ou grupos de indivíduos ligados por quaisquer laços de interesse comum – como, por exemplo, negócios, localidade de moradia, etnia ou de fé religiosa. (CAMPOS, 2005)

Segundo Bittar, no cenário político brasileiro, há uma ojeriza em relação aos interesses públicos, ou seja, os interesses privados vêm sempre em primeiro lugar.

> A ojeriza da opinião comum à política decorre do histórico mau uso do poder, sobretudo na experiência política brasileira, cenário onde sempre se confundiram os interesses privados e os interesses públicos, numa espécie de exercício de alternância de dominância de elites econômica e circunstancialmente favorecida (BITTAR, 2007, p. 14).

Em todas as sociedades humanas existem pessoas que agem segundo as leis e normas reconhecidas como legais do ponto de vista constitucional. No entanto, também existem pessoas que não reconhecem e desrespeitam essas leis e normas para obter benefício pessoal. Essas pessoas são conhecidas sob o nome comum de criminosos. No crime de corrupção política, os criminosos – ao invés de assassinatos, roubos e furtos - utilizam posições de poder estabelecidas no jogo

político normal da sociedade para realizar atos ilegais contra a sociedade como um todo.

A corrupção ocorre não só através de crimes subsidiários como, por exemplo, os crimes de suborno (para o acesso ilegal ao dinheiro cobrado na forma de impostos, taxas e tributos) e do nepotismo (colocação de parentes e amigos aos cargos importantes na administração pública). Tirar proveito dos bens públicos também é corrupção, ou seja, desvio de bens que seriam investidos na sociedade (saúde, educação, etc).

2.3. Quais lições tiraremos dos rescaldos da crise política atual?

O que vemos acerca da crise política são consequências da própria política, tais como, seus orientadores e bases aliadas. Uma coisa parece obvia, não é compatível com a democracia patrimonialista uma ação que leve a crise deste poder político através da corrupção. Portanto a corrupção é intrínseca ao pacto político, as tais emendas governamentais e mesmo estas verbas com destino a empresas suspeitas têm por objetivo alimentar a certeza de que faz chegar dinheiro aos integrantes da base aliada e que faz aumentar esta crise no nosso país.

Tentar vetar a alimentação deste dinheiro, seja pela via da polícia federal seja pela via dos controles, é encerrar este pacto de corrupção que faz o nosso país cair cada dia em um abismo profundo, e a sociedade, a população sendo massacrados todos os dias ao procurar um atendimento em um hospital público, ou seja, muitos estão morrendo nos corredores dos hospitais por falta de verbas que possam melhorar a situação e o conforto da população que sofrem todos os dias à procura de um atendimento que é de seu próprio direito.

A situação é lamentável, as boas maneiras, modos e costumes do cumprir fiel do poder político não são compatíveis com a sociedade em que estamos vivendo. O vício da corrupção se entranhou na mente de alguns políticos, e o pior é que ele se esparramou de tal modo que é impossível governar sem essa máquina de corrupção e, isto gera a crise política. A crise política está instalada e não é uma crise que

podemos resolver de um dia para outro, porque os atos dos políticos acerca desta crise vêm se agravando a todos os momentos do decorrer da política e de seus investimentos.

Como podemos relacionar o pensamento de Hobbes no seu tempo em que a sociedade passava por uma crise referente à organização e distribuição dos direitos iguais, como a miséria e conflitos que chegavam acontecer guerras: "o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária [...]" (Hobbes, 2002, p. 127). Há um grande interesse pelo público. Portanto, é a corrupção que gera a crise política na sociedade.

A grande lição que podemos tirar deste contexto sombrio, que é a crise política, é que cada cidadão deve no cotidiano de sua vida se esforçar para adquirir uma consciência crítica, ou seja, criar uma consciência política capaz de discernir, ou seja, tomar conhecimento sobre o valor e a participação de cada indivíduo na sociedade. Para isso é preciso votar com consciência, ou seja, conhecer o perfil daquele que queremos eleger para nos representar no campo político.

CONCLUSÃO

A obra de Thomas Hobbes é de grande importância para o contexto filosófico político. Nas teorias de Hobbes é possível perceber a grande ênfase dada à política, ou seja, à sociedade, no sentido de estabelecimento, vivência e promoção da paz. Nesse sentido, acredita que a organização e ordem devem vir com o surgimento de um poder, ou de normas para organizar a sociedade. Aqui encontramos a Origem do Poder Político.

Para selar a paz, os homens, de acordo com a lei da natureza deve renunciar o seu direito a todas as coisas, desistindo de cada um e de seu obstáculo á autopreservação do outro, ou seja, os embaraços que pode acontecer no momento da autopreservação do outro e na organização dos bens comuns.

O pensamento de Hobbes nos ajuda a termos uma nova visão da política, mesmo que num primeiro momento seja apenas uma visão teórica. Precisamos passar urgentemente do principio marcado pela visão teórica da política para um principio norteador e prático no modo de conceber a política. Aqui encontramos a necessidade de uma política transparente, fundamentada no desejo coletivo, universal, na qual todos possam gozar de seus direitos. Temos nossos governantes, mas nem sempre eles cumprem com o seu papel, que é de zelar e promover o crescimento integral da pessoa. No contexto político de hoje, tão marcado pela corrupção, pela desordem, abuso do poder, individualismo, egoísmo, desvios dos

bens públicos, e tantas outras formas de corrupção, precisamos discernir e escolher bem nossos representantes políticos.

Portanto, para Hobbes o estado está acima dos indivíduos, mas como criação destes e também como sua representação. Hobbes é o teórico da soberania, em outras palavras, uma autoridade suprema, pois é certo que o Estado detém o poder infinito e imenso. Assim o Estado representa, nessa medida, na visão de Hobbes o fim do estado de natureza, aquele que gera o egocentrismo e a violência, e o nascimento do estado social para reprimir toda violência. Para Hobbes é importante olhar para o "outro" como outro "tu", ou seja, tudo aquilo que preciso para sobreviver, o outro também necessita: "fazer aos outros o que queremos que nos façam" (HOBBES, 1974, p. 107). Olhando desta maneira para cada individuo, mudaremos a maneira de conceber e de vivenciar a política.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BERTEN, André. **Filosofia política.** Trad. Marcio Antole de Sousa Romeiro. São Paulo: Paulus, 2004.

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de filosofia política.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia:** uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BUNNIN, Nicholas; TSUI-JAMES, E. P. (Org.). **Compêndio de Filosofia.** São Paulo: Loyola, 2002.

CAMPOS, Silvio. **Corrupção.** Disponível em: <HTTP://www.achetudoeregião.com.br/atr/corrupção.htm >. Acesso em 02 nov. 2011.

CHÂTELETE, François. **História das idéias políticas.** Ed. 2000. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zhar, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

FARIA ,Maria do Carmo Bettencourt de. **Direito e ética:** Aristóteles, Hobbes, Kant. São Paulo: Paulus, 2007.

HOBBES, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil.** Trad. Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. **Leviatã ou matéria:** forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1974.

VIEIRA, Luiz Vicente. **A democracia em Rousseau:** A recusa dos pressupostos liberais. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.